

Dois europeus e uma Amazônia: Júlio Verne e Ferreira de Castro

Antonio Dimas*

Resumo

Do ponto de vista geográfico, a Amazônia é a mesma. Do ponto de vista literário, não. Em *A jangada* (1881), Júlio Verne cria uma Amazônia paradisíaca, onde os conflitos são de caráter moral, emoldurado por natureza convidativa. Em *A selva* (1930), Ferreira de Castro descreve uma natureza impiedosa, submete o aspecto moral ao social e, com isso, engrossa o filão do romance social, no Brasil, que começava a emergir e que, mais tarde, seria conhecido como o *Romance de '30*.

Palavras-chave: Amazônia. Júlio Verne. Ferreira de Castro. Romance de 30.

Viajar pelos rios amazônicos e tocar nos vilarejos ribeirinhos é uma experiência que atordoa, que marca e que divide. Se atento ao país, impossível a um brasileiro a simples admiração que não venha sobrecarregada de ansiedade, de dúvidas, de impotência, de espanto e de vontade solidária. Tudo misturado; tudo simultâneo; tudo maior que a gente.

De minha primeira experiência, a mais forte por natureza e a mais marcante pela circunstância, não me sai da lembrança uma noite escura como breu, na beira esquerda do Trombetas. Em respeito religioso ao Círio de Oriximiná, as águas do rio imponente estavam dóceis como se soubessem que iam ser cenário mais que adequado a uma festa de luzes e de cores, pirilampas e múltiplas. De repente, mesmo que na expectativa do programa fartamente antecipado e noticiado, começam a brotar na largura escura do rio pequenas luzes, que se organizam cromaticamente: azuis, vermelhas, amarelas, verdes, laranja e o que mais coubesse. Em leve balanço, protegidas por um

* USP.

anteparo invisível para quem estava nas margens, aglomeravam-se grupos de cores por alguns segundos e, em seguida, apartando-se com suavidade, deslizavam pela corrente amistosa. Quando prestes a estancar o encanto, eis que, mais ao fundo, outro grupo de luzes, mais altas e sem a ordenação do primeiro conjunto, começa a crescer diante do visitante. Aos poucos, desenha-se melhor o conjunto: é um barco engalanado, arrodado de outros menores, que traz para a vila a imagem do santo homenageado pela festa. Dias antes, ele tinha sido levado de forma discreta para uma ilha no meio do Trombetas e agora retornava de modo glorioso para sua casa, recebendo honrarias de seus fiéis. Daquela massa escura de terra e de água, impossível de ser separada pelo olho desarmado, emergia a força católica, desafiando os incrédulos e peitando a natureza absorvente.

E se mais soubera, melhor dissera, porque a Amazônia não é assunto para amadores.

Com essa imagem até hoje presente na memória, decorridos quase dez anos, é que me aproximo da cidadela montada por Júlio Verne (1828-1905) em sua *Ajangada* (1881) e do barracão infernal recriado por Ferreira de Castro (1898-1974) em *A selva* (1930).¹ E no tempo breve de uma exposição como esta não cabem senão algumas sugestões sobre os índices simbólicos de caráter espacial dos dois romances.

A cidadela flutuante, espaçosa, florida e confortável, imaginada romanticamente pelo romancista francês, ocupa a primeira parte do romance e não nos permite outra lembrança que

não a do seu deslizamento vagaroso pelas águas amazônicas, desde Iquitos até Belém. Ao construí-la pesada e imponente, Júlio Verne dotou-a daquela paciência pedagógica, muito útil para os que anseiam por novas realidades geográficas, mesmo que de forma vicária. Viajando com a família que a povoa e que tem por destino final a cidade de Belém, já na porta do Atlântico, o leitor aprende duas lições fundamentais e distintas entre si: uma é a da geografia do espaço distante e exótico, marcado pela natureza de aparência descontrolada; outra é a da sociedade humana, em momento de distorção que precisa de retificação e de justiça. Em um só golpe, o romancista francês agrupa, romanticamente, a natureza e a sociedade em situação de confronto e de reajuste recíproco.

Uma sinopse da trama narrativa talvez caiba, neste momento, para situar o leitor deste texto, cuja ação se passa em 1852, entre o Peru e o Brasil.

Joam Garral é fazendeiro em Iquitos, uma das pontas peruanas de um rio extenso que, léguas depois, vai se chamar Amazonas. Na verdade, esse nome é disfarce, porque o verdadeiro – Joam Dacosta – não pode ser usado, desde que Garral fugira de Minas Gerais, anos antes, acusado de homicídio.

Em suas andanças de fugitivo, Dacosta/Garral estabelece-se, por fim, na porção peruana da selva amazônica, onde herda fazenda do pai de Yaquita, sua esposa, com quem tem um casal de filhos: Benito e Minha. Com o tempo, Joam Garral expande e consolida a herança familiar. Já moça, Minha

enamora-se de Manuel Valdez, médico militar baseado em Belém, que viera em visita a seu amigo Benito. A esse grupo central de personagens juntam-se, ainda, dois serviçais importantes: a mulata Lina, aia de Minha, e Frágoso, empregado da fazenda e futuro namorado de Lina.

Com o pretexto do casamento de Minha, Yaquita e os demais membros da família convencem Joam Garral a viajar para Belém.

Tomada a decisão, constrói-se enorme jangada para descer o rio. Nela embarca o grupo central de personagens, acompanhado de uns oitenta negros e índios. “Tantos empregados eram apenas suficientes para o serviço de bordo” (p. 92).

A certa altura da descida, um estranho embarca de modo furtivo. É Torres, ex-capitão-de-mato, jovem de trinta anos, que sabia do passado do velho fazendeiro e que o chantageia. Estabelece-se o conflito.

Quando chegam a Manaus, Joam Garral decide entregar-se à Justiça brasileira. No confronto entre Garral e Torres, Benito toma as dores do pai, enfrenta o chantagista e acaba por matá-lo, com a cumplicidade do cunhado Manuel.

Eliminado o pivô da discórdia, a viagem prossegue até Belém, onde se realizam os casamentos de Manuel-Minha e de Frágoso-Lina. Em seguida, retornam todos a Iquitos.

Dividido em dois blocos assimétricos, *A jangada* é narrativa de enfrentamento clássico entre natureza e sociedade.

Na primeira parte, toda dedicada ao extenso percurso fluvial entre Iquitos

e Manaus, o leitor acompanha a família Garral na descoberta dos rios, das ilhas, dos animais, dos peixes, das florestas, dos índios, em lenta procissão naturalista e etnográfica. Acomodada de modo confortável em verdadeiro “jardim flutuante” (p. 95), desliza a família harmoniosa, em águas sempre calmas, despreocupada de surpresas. A espaçosa jangada carrega quase noventa pessoas em suas magníficas dimensões, também amazônicas: “Mil pés de comprimento por sessenta de largura, ou seja, uma superfície de sessenta mil pés quadrados” (p. 90). E, ao lembrar que “o Amazonas corre invariavelmente no mesmo paralelo” (p. 95), Manuel deixa implícito que é praticamente nula a possibilidade de transtorno no percurso, uma vez que o clima não se altera. Em situação tão favorável, a embarcação mimetiza a floresta a seu redor e dela não discrepa, em confusão festiva, na qual se torna difícil distinguir o natural do artificial, segundo o depoimento entusiasmado do narrador:

A casa estava literalmente coberta de folhagens, desde a base até os mais altos arabescos do telhado. Era uma mistura de orquídeas bromélias, trepadeiras, todas em flor, que colhiam o alimento em caixas cheias de boa terra vegetal, enfiadas sob maciços de folhas verdes [...]. Quantos ramos volúveis, quantas rubias vermelhas, quantos pâmpanos amarelo-ouro, quantos cachos multicores, quantos sarmentos enroscados não só nos modilhões que sustentavam a ponta da cumeeira, mas também nos arcos do telhado e nos primeiros das portas! (p. 94).

Para conectar tantas variedades, um gigantesco cipó

dava várias volta na casa, prendia-se em todas as arestas, enguirlandava-se em todas as saliências, bifurcava-se, formava tufos, espalhava para todos os lados suas excêntricas radículas, não deixava ver nada da casa, que parecia afundada num enorme arbusto florido (p. 95).

Como arremate, sua ponta final homenageava Lina, em forte confraternização botânica com a beleza mestiça daquele produto da terra americana, pois que “a extremidade do cipó desabrochava na janela da jovem mulata. Parecia um buquê de flores sempre frescas que esse longo braço lhe entregava através da persiana” (p. 95).

Nada ameaça aquela viagem de descoberta para alguns e de reencontro para outros. Nem a visão furtiva de alguns índios, suspeitos de antropofagia (p. 114), nem a presença, a bordo, de um tipo estranho ao grupo, que, dias antes, em uma das rápidas paradas, havia sido convidado a juntar-se à família Garral pelo boquirroto Fragoso. Mais tarde, verificar-se-á que esse penetra detém o segredo de Joam Garral, a quem chantageia.

Já próximo de Manaus, primeira parada prolongada e espaço onde se manifesta o conflito até então incubado, é que se dá o momento de maior aliança entre o agrupamento humano e a floresta. Navegando sob “árvores gigantes [...] que formavam uma imensa abóbada” (p. 188), os passageiros daquela ilha flutuante como que se despedem do convívio íntimo com a

massa de vegetação e ainda são brindados com um desfile concentrado de integrantes daquele universo natural, em gesto de despedida. Inteiramente cercados pelas águas em cheia e por árvores majestosas, ao grupo apresentam-se, em desfile final, “bandos de macaco, ninféias de folhas colossais, feixes de junco, um mundo de pássaros aquáticos e enormes e rápidas cobras” (p. 189). Pomposa, a natureza exhibe-se como catálogo final.

A mobilidade do barco, no entanto, é enganosa, é falsa, porque prevalece a harmonia, inexistente o conflito, que se limita apenas à latência. Construída de propósito como extensão da fazenda paradisíaca de Iquitos, segundo desejo expresso de Minha e de Yaquita (p. 93), a embarcação deslocava um *modus vivendi* que não se alterara desde sua partida. Até a metade da viagem, quando atraca em Manaus, tudo se conservava exatamente como era antes e qualquer ocorrência de aparência irregular ou inusitada era prontamente respondida pela ciência do jovem médico, pretendente à mão de Minha. Sua função era a de esclarecer mistérios naturais, tais como os mitos hematófagos que cercam os morcegos (p. 157) ou a desova dos quelônios (p. 158). No trecho entre Iquitos e Manaus, a natureza domina a narrativa e desfila diante dos viajantes como se estivessem eles dentro de um aquário, espectadores de um mundo intrigante. São prisioneiros do desconhecido, seja porque ignoram a exuberância natural que os contorna, seja porque não atinam com o potencial daninho de

Torres, o ex-capitão-de-mato. No papel marcado que todos desempenham não há espaço para o imprevisto e, portanto, confinam-se e amoldam-se todos num universo que não gera conflito. Na abertura descomunal que o rio oferece, os passageiros do barco enorme se comprimem, se ajustam e desconhecem o atrito. À largueza constante das vias fluviais por onde passa aquela caravana não correspondem relações humanas mais amplas e menos convencionais, menos pautadas pela expectativa romântica. O aprendizado que existe, se é que existe, durante a viagem é necessariamente geográfico e naturalista, no sentido de apreensão de uma realidade que pouco ultrapassa os limites estreitos da vida familiar e doméstica. Mesmo assim, essa natureza não oferece grandes perigos que não possam ser rapidamente subjugados, como no caso de um inofensivo tamanduá (p. 151), ou prontamente ignorados, como no caso de uns índios arredios (p. 116). No espaço aberto e selvagem, enfim, pouco ou nada acontece, exceto uma convivência familiar otimista e eufórica.

Paradoxalmente, é graças à prisão de Joam Garral, em Manaus, que explode o drama, desenham-se as urgências, montam-se os impasses, criam-se os gestos que decidem. É nos limites da sociedade urbana constituída que o drama longamente esperado vem à tona, depois que Joam Garral se entrega à Justiça brasileira, disposto a enfrentá-la e a se redimir de seu antigo crime, cometido 23 anos antes (p. 210).

“Manaus não era tão grande que não pudesse ser revistada em algumas horas” (p. 245), informa-nos o narrador de *A jangada*. Acanhada, com pouca gente, não mais que “três ruas principais, bem irregulares” (p. 214), a cidade que cochilava à beira do rio Negro desperta com a notícia do mais novo ocupante da cadeia local.

No entanto, muito pouco da cidade nos é dado pelo romance, porque o que entra em jogo prioritário nessa segunda parte da narrativa são duas ocorrências. A primeira é o enfrentamento entre Benito Garral e Torres e que culmina com o assassinato deste último, o homem responsável pela prisão de Joam Garral. A segunda ocorrência é o esforço do juiz local para decifrar a mensagem criptográfica que, recuperada do cadáver de Torres, recupera também a honra de Joam Garral.

Curiosamente, apesar da proximidade da cidade, a natureza continua a desempenhar papel forte no comportamento dos personagens e, por tabela, no desenvolvimento da narrativa. Mas de forma adversa, agora.

Expliquemo-nos.

Decidido a lavar a honra familiar, Benito sai em busca de Torres pelas ruas e abrigos de Manaus, sempre acompanhado pelo cunhado Manuel Valdez e por Fragoso, uma espécie de valente escudeiro e agregado da família. Depois de muito procurá-lo, Benito encontra-o nuns campos distantes da cidade, bem à beira das águas amplas do encontro entre o Negro e o Solimões, exatamente onde nasce o Amazonas. Arma-se rápida discussão entre os

dois, armam-se ambos, valendo-se de suas machetes; partem para o duelo, trocam golpes desencontrados e, finalmente, Benito atinge Torres, de modo definitivo.

Um segundo golpe da machete [de Benito] penetrou, dessa vez, até o coração do aventureiro. Ele foi para trás e, como de repente lhe faltasse o chão, caiu da margem. Uma última vez suas mãos se agarraram convulsivamente num tufo de junco, mas não conseguiram segurá-lo... E ele desapareceu nas águas do rio (p. 252).

Com a morte de Torres desdobra-se o drama, porque seu corpo tragado pelas águas do grande rio carrega consigo o segredo da liberdade de Joam Garral/Joam Dacosta: um documento criptografado, escondido em um estojo, no qual ficava patente a inocência do injustiçado pai daquela família (p. 255). Portanto, a morte de Torres significava a prisão definitiva de Joam Garral. Desesperado com essa notícia, dada pelo próprio pai, Benito articula o resgate do cadáver esfaqueado e afogado.

Começa, então, um embate com a natureza, o que é fácil de se ver nos capítulos “Primeira busca”, “Segunda busca” e “Um tiro de canhão”.

As primeiras tentativas, logo superadas, consistiam em sondagens manuais através de longas varas. Em seguida, graças a recursos modernos, Benito consegue aproximar-se do corpo, não sem grande esforço e com muitos contratemplos.

É nesta passagem que a tecnologia mais avançada do momento faz frente à brutalidade da natureza e a inteli-

gência desafia a força: um escafandro, providencialmente a serviço da restauração do cais de Manaus (p. 268), dota Benito de força física equivalente à sua determinação moral. Equilibrados esses dois componentes, Benito agigantase e desafia as águas escuras e profundas do rio. O escafandro faz dele um ser sobre-humano (p. 269), capaz de enfrentar o desconhecido, a escuridão, o leito pegajoso, a falta de ar, o meio líquido, traiçoeiro e instável.

Afundar-se nas águas para recuperar o segredo que salva, arrancar à natureza o que ela escondera no seu íntimo, devassá-la de modo arriscado, penetrá-la de forma ousada é gesto temerário, cujo equivalente se mostrara anos antes, quando Joam Dacosta fora incriminado pelo roubo de pedras preciosas (p. 198). Seu crime estava também ligado à exploração da natureza, à volúpia de riqueza, ao devassamento da terra que escondia diamantes. Na intimidade da terra escondia-se o motivo do crime; na das águas, o seu desdobramento. Nos dois casos, a técnica desenvolvida pelo ser humano fora capaz de sobrepujar a força da natureza e de colocá-la a seu serviço.

Bastante sintomática dessa visão eufórica da supremacia técnica é o final da narrativa, quando embarcam todos de volta para Iquitos, depois das festas de casamento de Manuel e Minha, Fragoso e Lina: o grupo que descera numa jangada pelo rio, sobe-o agora a bordo de uma outra embarcação, já que “o primeiro navio a vapor iniciaria um serviço regular e rápido e não

demoraria mais do que uma semana para subir esse Amazonas que a jan-gada levava tantos meses para descer” (p. 352). E não custa também lembrar que, se o romance de Júlio Verne termina com o bem-estar generalizado daquele agrupamento humano que viera saciar sua curiosidade de Brasil e agora voltava para o interior da selva amazônica localizada em outro território nacional, esse retorno deixava muito claro sua distância temporal em relação ao início do romance. Ainda que a ação tivesse durado apenas alguns meses,² a distância temporal entre as pontas do romance é enorme, porque começa com a figura de um capitão-de-mato, caçador de escravo fugido, e termina com um navio a vapor, criação de uma tecnologia industrializada e adversa da escravidão rural.

* * * *

Tributário de um tempo novo, no qual a consciência social já se transformara diante do trabalho não assalariado, o romance de Ferreira de Castro, publicado em 1930, repõe o tema do trabalho em condições abrutalhadas.

No entanto, diferente da atmosfera eufórica e justicialista que permeia o romance de Júlio Verne, o de Ferreira de Castro já começa em clima de abuso, de opressão e de tensão. De uma tensão que vai se estender até o seu final e que apenas o fogo providencial e libertário do barracão foi capaz de resolver.

O cenário amazônico é espaço comum para os dois romances, mas tudo indica que pára aí o elo que aproxima as duas narrativas, cujos pontos de

partida são bem diferentes entre si.

O de Júlio Verne nasce da imaginação exacerbada, de um desejo romântico de se apossar do Novo Mundo, de recriá-lo segundo parâmetros ideais de construção social e com o forte apoio da ciência nova que esse mesmo universo provocara. Joam Garral viaja para entregar-se à Justiça, independentemente de ser culpado ou não; Alberto, de *A selva*, viaja para escapar da Justiça. E os motivos que os levaram a enredar-se com a Justiça também são diferentes entre si: Joam Garral, justo ou não, é acusado de latrocínio, isto é, roubo seguido de morte; Alberto, monarquista confesso, fugiu de seu país por motivos ideológicos e políticos, ao ser derrotado em combate contra as forças republicanas.

O deslocamento físico de Alberto metaforiza bem sua condição de desterrado. O transtorno que seu desterro lhe provocou talvez pudesse ser visualizado no fato de que Alberto partiu do Tejo rumo ao Amazonas, rios de hemisférios antípodas e de desembocaduras contrárias entre si. Ao contrário de Joam Garral, que repudiava o passado, Alberto anseia por ele e lembra-se com carinho de seus passeios lisboetas, já moldados, de um ponto de vista político, por uma experiência brasileira:

Ah, quando ele pudesse recordar, longe dali, o pesadelo! Que sensação teria quando pensasse naquilo em Lisboa, a uma mesa solitária de café, ou subindo sozinho a Avenida da Liberdade, como fazia outrora, ao cair da noite, vendo os pneumáticos dos automóveis luxuosos e as bolas de borracha com que as crianças brincavam? (p. 241).

Mais um componente desse trans-torno existencial, que lhe revirou a vida e suas referências, é o fato de que seu calendário não se conta mais por dias, por semanas ou por meses, mas por moedas. Seu tempo transformou-se literalmente em dinheiro, porque dependia de se atingir determinada soma para que Alberto se liberasse das obrigações junto ao dono do seringal. E a sua preferência política, monarquista em vez de republicano, avançava para um patamar menos preocupado com a forma de governo do que com sua eventual constituição social e interna. Não mais se preocupa Alberto com reis ou presidentes, mas com o perfil e a constituição sociais do governo que viessem eles, porventura, a chefiar.

Sua entrada involuntária naquele mundo do seringal, empurrado que fora por um parente pão-duro e mesquinho, fizera-se de modo inesperado e sob o império do esbulho, porque se tratava de falsa opção orquestrada pelo tio cruel. Na verdade, sua vaga – indesejável, repita-se – tinha sido comprada. Forçando o sobrinho a indenizar o capataz de um grupo e a cobrir os custos de um cearense fujão foi que Alberto obtivera permissão para se juntar àquele “rebanho” que vinha sendo pastoreado “desde Fortaleza” (p. 29). Seu ingresso no grupo estranho teve a mesma violência do exílio que lhe fora imposto. Aliás, a ida para o seringal é um segundo exílio para Alberto. É a reduplicação da sua pena. Por coincidência, estão no contexto familiar as molas que empurraram Alberto para direções diversas e sofridas. Sua adesão monarquista tinha ascendência familiar e paterna. Fora seu pai que

provavelmente lhe incutira o respeito ao rei (p. 189). Agora era outro membro da família, o irmão de sua mãe, que o empurrava para mais longe, para um lugar ironicamente denominado “Paraíso”, para aquele “emaranhado vegetal, louco, desorientado, voraz, com alma e garras de fera esfomeada” (p. 158).

Na turbulência mental e vegetal em que vivia, apeado de sua vivência anterior e apartado do afeto materno, Alberto foi perdendo sua condição humana e se animalizando, em comportamento que fica evidente quando, enlouquecido por D. Yayá, engatinhasse como onça para espreitá-la no banho. Arrastando-se como felino pronto para o bote fatal, Alberto mimetiza a onça, movimenta-se sinuoso como ela, contorce-se igual a ela, confunde-se com a vegetação, fareja “rincões de nudez” naquele corpo livre de roupas (p. 215). Mas incapaz de levar a termo o desejo proibido, reprime-se e se contenta, em seguida, com a promessa de que, um dia, mais adiante, chegariam sementes novas capazes de fecundar o solo e de criar uma horta nova. (p. 211-217). Se suas sementes não podem ser usadas, transfere-se o impulso vital para outras futuras.

Tais deslocamentos e transferências ditadas pelas circunstâncias externas parecem ter atingido até mesmo o cerne do artifício narrativo, que se esforça para não parecer mero relato de experiência pessoal, o que poderia rebaixar a qualidade estética do romance, restringindo-o a mero relato autobiográfico. Contra esse risco, depõe o autor nas páginas iniciais, anos depois do lançamento inicial do romance, em 1930. Preocupado com que não tomassem seu romance como simples

desabafo ocasional de experiência fundante, Ferreira de Castro confessa que demorara anos para retomar sua viagem ao Madeira e convertê-lo em matéria de ficção. Seu temor era de que se embaralhassem os dois planos: o existencial e o ficcional. Diz ele: “[...] se é verdade que neste romance a intriga tantas vezes se afasta da minha vida, não é menos verdadeiro também que a ficção se tece sobre um fundo vivido dramaticamente pelo seu autor” (p. 21). Seu receio era o de que julgassem apenas um contador de estórias pessoais, sem o alcance maior que a ficção de porte permite e augura.

Nesse embaralhamento de planos, cujo desbaratamento é necessário para uma avaliação eficaz das qualidades estéticas do romance, podem ser entrevistados os mesmos deslocamentos que acometem e confundem o personagem principal de *A selva*. Aturdido com a quantidade de informação nova que a terra selvagem despeja sobre ele, Alberto sente-se atônito e não deseja senão fugir daquele paraíso e voltar à sua terra real.

Perplexo com as dimensões diferenciadas, em tese, da história e da ficção, Ferreira de Castro não rejeita a realidade, nem a ficção que dela se aproveita e com ela se constrói. Daí sua relevância para nossas literaturas, feitas com a mesma língua, mas em cima de estratos vivenciais de procedência diversa. Seu surgimento em 1930 foi coincidência feliz e contribuição involuntária para um ciclo novo que se abria no romance brasileiro: o ciclo conhecido como o do “Romance de ‘30”. Para nós, no Brasil, essa fase suplantava o projeto estético do modernismo paulista de ‘22 e enveredava pela discussão “da função da literatura do papel do escritor e das

ligações da ideologia com a arte”, como esclareceu João Luís Lafetá em 1930: *a crítica e o modernismo*.

Com a selva que nos ofereceu Ferreira de Castro, expandiu-se o espaço ficcional brasileiro, que estava na iminência de ganhar as agruras do sertão, a opulência decadente da várzea nordestina e a alegria mestiça, mas pobretona, do *bas fond* baiano.

Abstract

From a geographic point of view, Amazonia is the same. From a literary point of view, it is not. According to Julio Verne's *A Jangada* (1881), Amazonia is quite a paradise where people are involved by moral tensions. According to Ferreira de Castro's *A Selva* (1930), the jungle is merciless, not because of its moral aspects, but because of its social structure. Based on this social approach to that Brazilian piece of land, Ferreira de Castro helps to build a literary system which was going to be known, later on, as the *Brazilian novel of the Thirties*.

Key words: Amazonia. Júlio Verne. Ferreira de Castro. Brazilian novel of the thirties.

Notas

¹ VERNE, Júlio. *Ajangada*. Oitocentas léguas pelo Amazonas. Trad. de M. Alice Araripe de Sampaio Dória. São Paulo: Planeta, 2003. FERREIRA DE CASTRO. *A selva*. 33. ed. Lisboa: Guimarães Editores, [s. d.].

² “Na verdade, em alguns dias, o primeiro navio a vapor iniciaria um serviço regular e rápido e não demoraria mais do que uma semana para subir esse Amazonas que a jangada levava tantos meses para descer” (p. 352).